



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO OUTUBRO 2014

O presente demonstrativo é parte da política de transparência da gestão dos recursos previdenciários, bem como outros que se encontram a disposição dos segurados, em atendimento a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 440/13.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Criado pela Lei Complementar Estadual nº 412 de junho de 2008, os recursos financeiros do Fundo Previdenciário encontram-se, em sua totalidade, alocados nos fundos de Investimento do Banco do Brasil, por força de contrato entre o governo do Estado de Santa Catarina e aquela instituição financeira.

META ATUARIAL

A Meta Atuarial estabelecida com base no Relatório Atuarial, que analisa o comportamento da massa de assegurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos riscos e expectativas econômicas, levando também em consideração as tábuas de mortalidade publicadas pelo IBGE foi estabelecida para o exercício em **5,75% + a variação do IPCA.**

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que sinaliza as expectativas econômicas, do mercado financeiro, dos agentes financeiros e da equipe de gestão do IPREV/SC, e estabelece os limites das aplicações dentro das modalidades permitidas, em conformidade com as normas contidas na **Resolução 3922/10 do Conselho Monetário Nacional.**

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Composto por servidores do órgão gestor, e responsáveis pela deliberação das alocações dos recursos, nos fundos de investimento disponíveis no mercado, observados os limites legais e da política de investimentos.

IMA

O Índice de Mercado ANBIMA (IMA) é uma família de índices que representa a evolução, a preços de mercado, de uma carteira teórica de títulos públicos que são utilizados como benchmark para o segmento renda fixa.

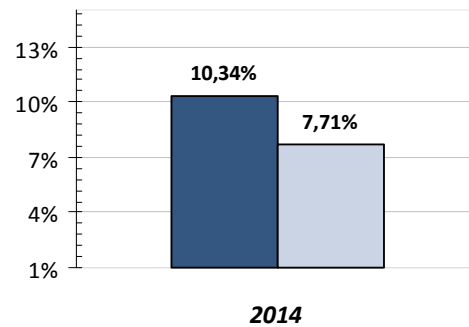
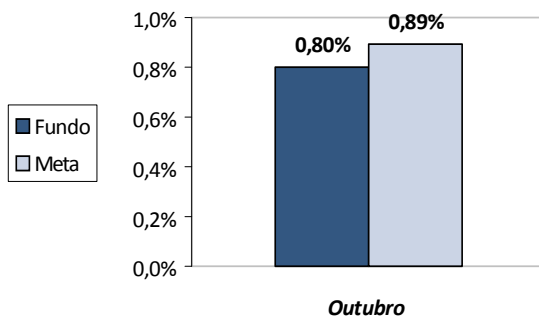


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Rentabilidade

Outubro	
Fundo	Meta
0,80%	0,89%

2014	
Fundo	Meta
10,34%	10,07%

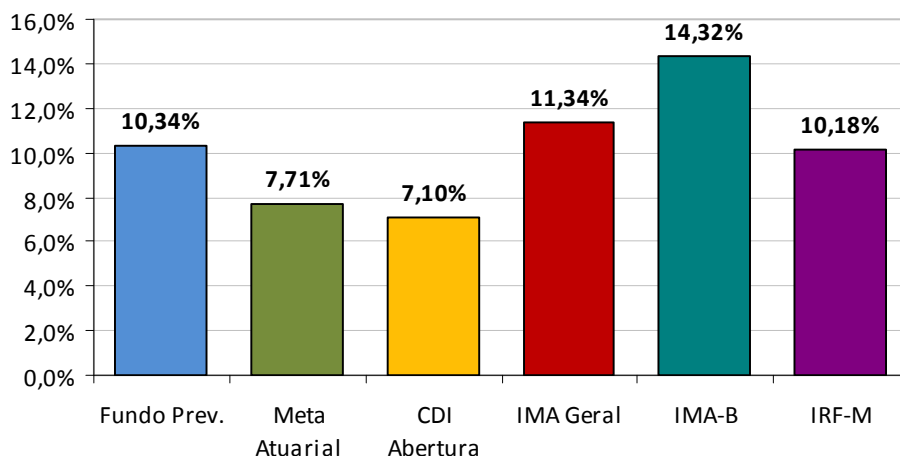


Os investimentos do IPREV obtiveram durante o mês de Outubro de 2014 um rendimento da ordem de 0,80%, em relação a meta atuarial de 0,89%. Já para o ano de 2014 indicou um resultado de 10,34% contra uma meta de 7,71%. O resultado é atribuído pela carteira de investimento composta pelos fundos de investimentos atrelados aos seguintes indicadores:

FUNDO	TOTAL	%
BB PREVID RF IRF-M	20.129.948,37	4,50%
BB PREVID IMA-B TP	-	-
BB Previd TP IPCA II	43.644.323,93	9,75%
BB Previd RF IRF-M1	231.784.440,01	51,77%
BB Previd RF IMAB 5+	-	-
BB PREVID RF IDKA 2	25.126.018,25	5,61%
BB Prev IMA Geral Ex	309.213,94	0,07%
BB APLIC POS SELIC	49.789.501,96	11,12%
BB Previd RF IMA-B5	27.348.396,55	6,11%
BB Comercial 17	-	-
BB Previd RF Fluxo	245.722,29	0,05%
BB Previd RF Perfil	2.257,50	0,00%
BB PREV TP IPCA	33.929.155,34	7,58%
BB RPPS RF IPCA II	3.474.083,27	0,78%
BB RPPS RF IPCA III	11.956.449,27	2,67%
TOTAL	447.739.510,68	100,00%
FUNDO PREVIDENCIÁRIO	447.739.510,68	85,72%
FUNDO FINANCEIRO (Regime de Caixa) APLICADO INTEGRALMENTE EM CDI, TOMANDO OS LIMITES DA RESOLUÇÃO 3.922/10.	66.213.508,19	12,68%



Indicadores 2014



O Certificado de Depósito Bancário (CDI) registrou variação de 7,10% no ano de 2014. Os CDI's são os títulos de emissão das instituições financeiras, que precificam as operações do mercado interbancário.

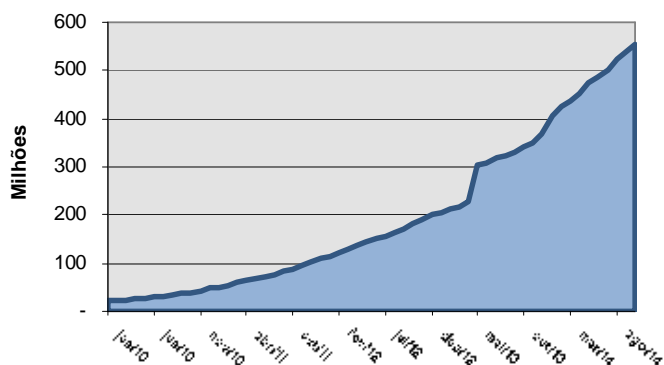
Já o IMA Geral assinalou variação de 11,34%, enquanto o IMA-B variou 14,32% no ano atual. O IMA-B possui rentabilidade calculada pela variação das NTN's com vencimento em até 5 anos.

Por fim, o IRF-M, também subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTN's), assinalou variação de 10,18%.

A seguir temos a evolução do patrimônio do Fundo Previdenciário até Outubro de 2014, contendo na tabela os valores dos últimos 12 meses. A partir do mês de Maio de 2013 foram incluídos os imóveis no demonstrativo.

Evolução Patrimonial 2013/2014 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Período	Valor
nov/13	R\$ 349.044.605,94
dez/13	R\$ 367.978.826,63
jan/14	R\$ 405.169.985,15
fev/14	R\$ 425.243.711,60
mar/14	R\$ 437.988.213,14
abr/14	R\$ 453.767.925,40
mai/14	R\$ 473.311.477,27
jun/14	R\$ 485.855.689,13
jul/14	R\$ 501.019.569,83
ago/14	R\$ 523.454.999,34
set/14	R\$ 538.239.238,93
out/14	R\$ 555.444.030,43





O patrimônio total do fundo previdenciário (F.P) é formado pela contribuição obrigatória dos segurados, pelos valores recebidos na locação dos imóveis e o rendimento das aplicações financeiras.

Formação do Patrimônio

Período	Contribuição		Renda Imobiliária	Renda Mobiliária		TOTAL
	Servidor	Patronal		Carteira	Dividendos	
jan/14	4.585.717,78	4.575.831,72	24.140,53	560.555,22	-	9.746.245,25
fev/14	4.957.612,33	4.959.152,13	61.051,04	10.110.420,18	470,59	20.088.706,27
mar/14	5.215.302,92	5.208.533,04	97.808,84	2.230.494,11	1.120,56	12.753.259,47
abr/14	5.334.953,37	5.332.451,70	80.975,82	5.604.631,38	-	16.353.012,27
mai/14	5.520.130,63	5.507.578,56	84.039,56	9.295.473,33	289,21	20.407.511,29
jun/14	5.563.522,27	5.537.886,92	62.536,12	2.001.729,37	1.143,43	13.166.818,11
jul/14	5.760.915,42	5.773.047,92	271.792,12	3.683.222,16	-	15.488.977,62
ago/14	6.200.052,46	6.195.170,50	60.592,12	10.305.181,52	280,53	22.761.277,13
set/14	6.441.812,98	6.432.894,10	152.576,12	2.092.276,06	1.198,35	15.120.757,61
out/14	6.458.050,43	6.445.563,69	182.128,12	4.157.200,94	-	17.242.943,18
Total 2014	56.038.070,59	55.968.110,28	1.077.640,39	50.041.184,27	4.502,67	163.129.508,20

Fonte: SIGEF/SC Outubro 2014

No ano de 2014 ingressou no fundo previdenciário um total de R\$ 163 milhões, perfazendo um patrimônio total do F.P. de R\$ 555 milhões.

Análise Macroeconômica¹

Outubro foi o último mês em que o Banco Central americano realizou novas compras mensais de ativos, em linha com a nossa expectativa desde o início do ano. O Federal Reserve vinha reduzindo em cada reunião suas compras mensais em US\$10 bilhões e, na reunião de outubro, decidiu reduzir os US\$15 bilhões restantes. A decisão não foi uma unanimidade entre os membros do Fed, pois o placar de votação foi de 9 a 1. Narayana Kocherlakota, um dos membros mais dovish (favorável à manutenção dos juros baixos), foi quem votou contra a última redução, pois acreditava que a trajetória de recuperação da economia americana ainda não havia sido suficiente para tal mudança.

Neste contexto de fim de estímulos quantitativos, o próximo tema que ganha relevância é o momento da elevação dos juros nos Estados Unidos. Quanto a isso, o Fed mantém uma postura data dependent (dependente dos dados) – ou seja, quanto mais força econômica os dados de atividade indicarem, mais próxima se torna a elevação dos juros.

¹ A ANÁLISE MACROECONOMICA é fornecida pela Somma Investimentos, consultoria contratada pelo IPREV.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Por outro lado, se os dados sugerirem fraqueza, mais distante o momento da elevação dos juros estará. Por enquanto, os dados mostram crescimento moderado nos Estados: o PIB do terceiro trimestre cresceu 3,5% anualizado, e é esperado um crescimento de 3% no último trimestre deste ano.

Desta forma, o principal nome que está sendo aguardado é o do Ministro da Fazenda. Os dois nomes mais bem-cotados para o Ministério são Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central sob o Governo Lula, e Nelson Barbosa, Ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda do Governo Dilma. O nome de Meirelles é o mais desejado pelo mercado financeiro, dado seu histórico como Presidente do BC (optaria pela política “ii”) e por possuir a reputação de que não cederia às pressões de Dilma (que notadamente prefere a política “i”). Já Nelson Barbosa seria uma opção menos confiável, pois seu discurso é algo entre as políticas “i” e “ii”, mas estaria disposto a seguir os pedidos da presidente.

Infelizmente, em nossa visão, se o Brasil optar por manter a política econômica atual (política “i”), as consequências sobre a economia brasileira serão nefastas: aumento da inflação, do desemprego, estagnação econômica, redução do poder de compra dos assalariados e perda do grau de investimento – em suma, um grande retrocesso em termos econômicos. Ainda não se sabe qual opção de política será escolhida. A decisão está com a Dilma.